

**PONTO A PONTO****• DÍVIDA**

O Brasil registrou a segunda maior alta da dívida pública entre os países do G20 no período analisado. A dívida bruta alcançou cerca de 88% do PIB, enquanto a despesa com juros atingiu 8,8% do PIB, a maior proporção entre as economias do grupo, segundo dados do Instituto Teotônio Vilela.

• GOVERNABILIDADE

50% dos brasileiros desaprovam o governo do presidente Lula (PT), enquanto 41% aprovam sua gestão. Outros 9% não souberam ou não responderam. Na avaliação do governo, 45% classificam a administração como "ruim" ou "péssima", 35% a consideram "boa" ou "ótima" e 17% a avaliam como "regular", segundo pesquisa Gerp.

• ECONOMIA

A projeção do IPCA de 2026, reduziu de 5,33% para 5,30%. A previsão de crescimento do PIB de 2026 manteve-se em 1,99%. A Selic projetada ficou em 14,0% ao ano (taxa atual 14,25%). Para 2027, o Focus elevou a previsão de inflação de 4,17% para 4,18% e a do PIB de 1,68% para 1,69%, segundo dados do Boletim Focus.

• EMENDAS

O governo Lula pagou R\$ 33,89 bilhões em emendas parlamentares em 2026, o maior montante já registrado em período pré-eleitoral. Desse total, R\$ 18,55 bi foram emendas individuais (deputados e senadores). Esse volume supera o total de emendas de 2022 e equivale a cerca de 25% das despesas discricionárias federais no período. Segundo reportagem, R\$ 24,5 bi foram pagos antes de 4 de julho (início do período de restrição às transferências), segundo dados do SigaBrasil.

• BALANÇA COMERCIAL

A balança brasileira registrou superávit de US\$ 2,27 bilhões em julho de 2026, 149% acima do mesmo período de 2025. As exportações somaram US\$ 5,89 bi e as importações US\$ 3,62 bi. A indústria extrativa liderou as vendas (+81,7%, US\$ 1,76 bi), seguida pela indústria de transformação (+39,4%, US\$ 3,17 bi) e agropecuária (+1,5%, US\$ 0,95 bi). Em 2026 até julho, o superávit acumulado foi de US\$ 44,63 bi (+39,2%), com exportações de US\$ 190,66 bi (+11,8%) e importações de US\$ 146,03 bi (+5,4%), segundo dados do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços).

Impasse entre Lula e Davi mantém pauta travada até as eleições



Presidente Lula e Senador Davi Alcolumbre (Foto: José Cruz)

Nos bastidores do Senado, integrantes do governo passaram a reconhecer mais abertamente que a falta de diálogo entre o presidente Lula (PT) e Davi Alcolumbre (União-AP) tornou-se um dos principais obstáculos para o avanço da agenda prioritária do Planalto na Casa Alta. Os dois não mantêm conversas reservadas há cerca de seis meses e, diante do acúmulo de matérias paradas, aliados arti-

culam um encontro ainda em julho para tentar reconstruir a interlocução e destravar votações consideradas estratégicas.

A letargia intencional de Alcolumbre atinge propostas de diferentes áreas. Permanecem sem definição a PEC do fim da escala 6x1, parada no Senado desde o fim de maio, a PEC da Segurança Pública, o marco legal dos minerais críticos e estratégicos, o Redata e a Medida Provisória do Frete. No caso desta MP, o atraso elevou a pressão de entidades dos caminhoneiros, que voltaram a discutir paralisações caso a proposta perca validade sem deliberação. Um de seus principais líderes, conhecido como "Chorão", afirmou que se a votação não ocorrer nesta semana, antes do recesso, haverá paralisações nacionais por conta de Alcolumbre. A avaliação dentro do governo é de que a dificuldade já deixou de atingir uma pauta específica, como a 6x1, e passou a comprometer toda a estratégia palaciana em sua agenda legislativa e eleitoral.

A nova líder do governo no Senado, Teresa Leitaõ (PT-PE), procurou reduzir a percepção de ruptura e conflito. A senadora afirmou manter boa relação com Alcolumbre, rebateu críticas feitas por parlamentares do próprio PT ao presidente da Casa e disse que o governo segue tratando como prioridades a PEC da Segurança Pública, o projeto dos minerais críticos e a PEC do fim da escala 6x1. Apesar disso, reconheceu não haver qualquer definição sobre a votação da proposta trabalhista antes das eleições.

Os sinais de impasse também apareceram na pauta do Congresso. Pela segunda vez consecutiva, Alcolumbre cancelou a sessão destinada à análise de vetos presidenciais após líderes partidários e governo não chegarem a um acordo sobre os itens que seriam apreciados. Até o momento, não há nova data para a deliberação, o que amplia a fila de matérias pendentes às vésperas do recesso parlamentar. Pode-se tentar novamente a realização da sessão nesta semana, mas dificilmente haverá consenso sobre os acordos na análise dos vetos.

**TENDÊNCIA:** A relação de Lula e Alcolumbre não deve ser distensionada até as eleições.

Eleições 2026: Flávio reduz distância para Lula



Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (Foto: Pedro Ladeira/Folhapress)

A nova pesquisa Meio/Ideia mostra o presidente Lula (PT) numericamente à frente de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em um eventual segundo turno, mas dentro do limite da margem de erro. Lula aparece com 45% das intenções de voto, contra 40% do senador do PL. Nos demais cenários testados, o presidente venceria Michelle Bolsonaro (PL) (45% a 36%), Ronaldo Caiado (PSD) (45% a 37,6%), Romeu Zema (NOVO) (45% a 37%), Renan Santos (MISSÃO) (45% a 33%) e Joaquim Barbosa (DC) (45% a 23%).

Embora mantenha vantagem sobre os demais nomes avaliados, o desempenho de Flávio Bolsonaro reforça sua posição como principal adversário de Lula entre os possíveis candidatos da oposição. A diferença de cinco pontos percentuais coincide exatamente com a margem de erro da pesquisa, de 2,5 pontos para cada candidato, configurando empate técnico no cenário entre os dois.

O levantamento também mediu a rejeição aos pré-candidatos. Lula lidera esse indicador, com 46,4% dos entrevistados afirmando que não votariam nele de forma alguma. Flávio Bolsonaro aparece logo atrás, com 43,4%. Michelle Bolsonaro registra rejeição de 28%, enquanto os demais nomes testados permanecem abaixo de 20%, caso de Aécio Neves (18,6%), Cabo Daciolo (14,1%), Romeu Zema (13,3%) e Ronaldo Caiado (12,1%).

A margem de erro é de 2,5 pontos percentuais, com nível de confiança de 95%.

TENDÊNCIA: Com o passar do tempo e a consolidação de Flávio como candidato do PL, a tendência é que o senador consiga reduzir parte do desgaste sofrido com a crise do áudio de Vorcaro, ressalvada a possibilidade de novos fatos vi-rem à tona, o que poderia alterar todo o cenário base.

PF realiza mais uma etapa da operação Compliance Zero

A Polícia Federal realizou a 10ª fase da Operação Compliance Zero para investigar uma estrutura montada com recursos ligados ao Banco Master para influenciar a opinião pública e desgastar a atuação do Banco Central durante o processo que culminou na liquidação da instituição. A nova etapa foi autorizada pelo ministro André Mendonça e cumpriu mandados de busca e apreensão em Brasília contra o publicitário Thiago Miranda, apontado como um dos operadores da estratégia de comunicação atribuída ao grupo de Daniel Vorcaro.

Segundo a PF, Miranda coordenava o chamado "Projeto DV", iniciativa voltada à contratação de influenciadores digitais e jornalistas para difundir conteúdos favoráveis a Vorcaro e questionar a atuação do Banco Central. A investigação aponta que os contratos previstos para essa operação poderiam alcançar cerca de R\$ 2 milhões e continham cláusulas de confidencialidade, numa tentativa de ocultar a origem e os objetivos da campanha.

As apurações também indicam que o grupo teria promovido o monitoramento clandestino de jornalistas que publicaram reportagens sobre o caso, entre eles Malu Gaspar, do O Globo, e Consuelo Dieguez, da piauí. O CEO do Itaú, Milton Maluhy, também teria sido alvo de levantamentos particulares após contrariar interesses de Vorcaro durante as negociações envolvendo o Banco Master. Para a PF, esses episódios fazem parte de uma estratégia mais ampla de intimidação, obtenção de informações e tentativa de interferir no andamento das investigações.

Durante o cumprimento dos mandados, os agentes apreenderam celulares, computadores, documentos físicos e eletrônicos, além de aproximadamente R\$ 20 mil em espécie. Em nota, a defesa de Thiago Miranda negou qualquer irregularidade, afirmou que seu cliente sempre atuou dentro da legalidade e sustentou que colaborará com as investigações para demonstrar a regularidade de sua conduta.

TENDÊNCIA: André Mendonça deve continuar empenhado na firmeza da condução do processo. A repercussão do caso Master continua sendo um elemento importantíssimo para a eleição geral de 2026.

Bolsonaro é alvo de nova operação da PF por ordem de Moraes



Polícia Federal na casa do ex-presidente Jair Bolsonaro (Foto: Cristiano Mariz / O Globo)

A Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na residência do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por determinação do ministro Alexandre de Moraes. A medida teve como objetivo localizar armas de fogo que, segundo o STF, deveriam ter sido integralmente entregues após a revogação dos registros de posse e porte em nome do ex-presidente. A operação foi motivada por divergências entre as informações apresentadas pela defesa e os registros oficiais sobre o paradeiro de parte do armamento.

Na decisão, Moraes afirmou que a permanência de armas vinculadas a Bolsonaro seria incompatível com a ordem judicial anteriormente expedida. O ministro apontou que a defesa informou localizações diferentes para um dos armamentos e não apresentou documentação considerada suficiente para comprovar onde ele efetivamente se encontrava, o que levou à expedição do mandado de busca.

A defesa sustentou que nenhuma arma permanecia na residência do ex-presidente e informou que um dos armamentos estaria sob custódia de uma empresa do setor bélico no Rio Grande do Sul. Após a operação, os advogados afirmaram que nada foi apreendido durante as buscas e classificaram a medida como desnecessária. Dias depois, também encaminharam novos esclarecimentos ao STF sobre a localização das armas que não haviam sido inicialmente encontradas pelo Exército.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) reagiu à operação afirmando que a diligência teve motivação política. Segundo ele, a ação buscou desviar a atenção de sua atuação nos Estados Unidos nas discussões sobre as tarifas comerciais impostas ao Brasil. O parlamentar declarou que os agentes "reviraram tudo" na residência do ex-presidente e não encontraram qualquer irregularidade.

TENDÊNCIA: Prisão domiciliar de Bolsonaro deve ser mantida, sem ser afetada pela questão das armas, à princípio já solucionada.

Brasil ainda aguarda decisão americana sobre tarifaço

As negociações entre Brasil e Estados Unidos seguem sem perspectiva de um entendimento antes do prazo final da investigação comercial conduzida pelo USTR (United States Trade Representative, o escritório de representação comercial dos EUA). Em entrevista à Fox Business, o representante comercial norte-americano, Jamieson Greer, afirmou que ainda há uma "distância considerável" entre as posições dos dois países e indicou que a decisão sobre a imposição das tarifas deverá ser anunciada até 15 de julho, conforme o cronograma previsto pela legislação americana.

Apesar da continuidade das conversas técnicas, a avaliação de interlocutores envolvidos no processo é de que o espaço para reverter integralmente a medida é reduzido. O ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, que representou a Fiesp durante a audiência pública em Washington, considera improvável que o governo americano recue da tarifa de 25%. A expectativa mais realista é a ampliação da lista de exceções para produtos considerados estratégicos às cadeias produtivas dos Estados Unidos.

As audiências promovidas pelo USTR reuniram representantes da indústria, do agronegócio e de diversos setores empresariais brasileiros para defender a manutenção do fluxo comercial entre os dois países. Boa parte das manifestações concentrou-se nos impactos que a sobretaxa poderia gerar para empresas americanas dependentes de insumos e produtos brasileiros, especialmente em segmentos como alimentos, mineração, siderurgia e manufatura.

A participação do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) nas audiências teve repercussão no Brasil, mas foi recebida com pouca expectativa de produzir efeitos concretos sobre a decisão americana. Integrantes do setor produtivo e representantes presentes nas negociações avaliam que o processo conduzido pelo USTR seguirá fundamentado nas conclusões da investigação comercial, independentemente da atuação de lideranças políticas brasileiras.

TENDÊNCIA: EUA confirmarem novas tarifas para o Brasil, diante do interesse comercial de Donald Trump de proteção às indústrias estadunidenses.

Câmara avança na discussão da redução da maioria penal



Plenário da Câmara dos Deputados (Foto: REUTERS/Adriano Machado)

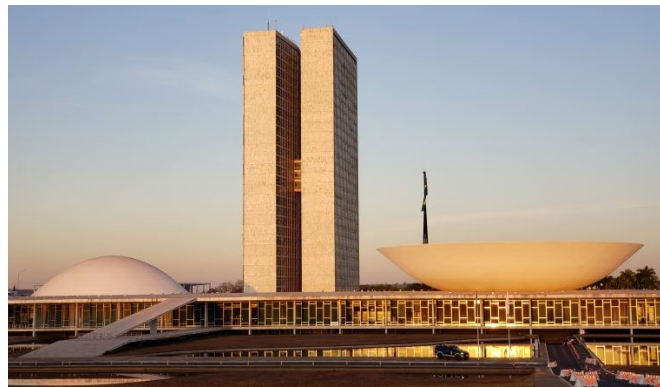
O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), determinou a criação de uma comissão especial para analisar propostas que reduzem a maioria penal dos atuais 18 para 16 anos. A decisão representa uma nova etapa na tramitação do tema, que voltou ao centro da agenda de segurança pública do Congresso.

A principal proposta em análise é a PEC 32/2015, à qual estão apensados outros textos sobre o assunto. Em junho, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou, por 44 votos a 18, a admissibilidade da matéria. A CCJ avaliou apenas se a proposta estava de acordo com a Constituição, sem entrar no mérito da mudança.

Agora, caberá à comissão especial discutir o conteúdo da PEC, ouvir especialistas e elaborar um parecer. Motta indicou o deputado Mendonça Filho (União-PE) para a relatoria, enquanto Aluisio Mendes (Republicanos-MA) deverá presidir o colegiado, cuja instalação está prevista para agosto, após o recesso parlamentar.

O tema deve provocar uma das discussões mais polarizadas do segundo semestre. Os defensores da redução argumentam que adolescentes envolvidos em crimes graves devem responder de maneira mais rigorosa. Já os críticos sustentam que a mudança não resolve as causas da violência e pode ampliar a pressão sobre um sistema prisional já sobrecarregado. Para ser aprovada, a PEC ainda precisará passar pela comissão especial e pelo Plenário da Câmara, em dois turnos, com o apoio de pelo menos 308 deputados em cada votação.

Congresso entra na última semana antes do recesso



Congresso Nacional (Foto: Pierre Triboli/Câmara dos Deputados)

A próxima semana será a última de trabalhos no Congresso antes do recesso parlamentar. Com o calendário eleitoral se aproximando e a relação entre o Palácio do Planalto e a cúpula do Legislativo ainda marcada por tensões, a expectativa é de uma agenda reduzida e concentrada em matérias consideradas prioritárias.

Entre os temas que devem voltar ao debate após o recesso estão a PEC que concede autonomia financeira e orçamentária ao Banco Central, o aumento do limite de faturamento do MEI e a proposta que constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Pública. Também seguem no radar a aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e o projeto que criminaliza a misoginia, equiparando-a ao crime de racismo.

A proposta de acabar com a escala 6x1 e reduzir a jornada de trabalho também aparece entre as pautas previstas, mas enfrenta maior dificuldade para avançar. Por envolver forte repercussão econômica, resistência de setores produtivos e alto peso eleitoral, a tendência é que sua análise seja adiada e fique para depois das eleições de outubro.

Na prática, o segundo semestre legislativo deve ser curto e fragmentado. Deputados e senadores estarão cada vez mais mobilizados pelas campanhas em seus estados, o que reduz o espaço para votações complexas. Assim, mesmo com uma lista extensa de propostas, a prioridade deverá recair sobre matérias com maior acordo político e interesse direto do governo.

Em destaque no Ranking

• RANKING E IUB PROMOVEM DIÁLOGO COM ROMEU ZEMA SOBRE OS DESAFIOS DO BRASIL

O **Ranking dos Políticos**, em parceria com o Instituto Unidos Brasil, promoveu nesta semana um encontro com o pré-candidato à Presidência da República Romeu Zema (Novo). O evento reuniu jornalistas, empresários e lideranças de associações do setor produtivo para um diálogo sobre os principais desafios do país, com destaque para reforma fiscal, ambiente de negócios e equilíbrio entre os Poderes. A iniciativa integra a agenda institucional do **Ranking** de ouvir os presidiáveis e contribuir para um debate público mais qualificado, plural e voltado à eficiência do Estado.



• DIÁLOGO COM PRESIDENCIÁVEIS

Na última quarta-feira, o **Ranking dos Políticos** participou de evento promovido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que reuniu lideranças e abriu espaço para o diálogo com pré-candidatos à Presidência da República sobre os principais desafios do país. Na ocasião, entregamos ao pré-candidato Ronaldo Caiado (PSD) o livro "O Brasil Pode Dar Certo", obra organizada pelo **Ranking dos Políticos** que reúne propostas e caminhos para o Brasil avançar nos próximos anos.

PARLAMENTAR DA SEMANA



Deputado Mendonça Filho (PL-PE)

Carlos Jordy iniciou sua trajetória política no movimento estudantil e consolidou sua carreira no Legislativo municipal e federal pelo Rio de Janeiro. Foi vereador em Niterói, destacando-se pela atuação combativa na Câmara Municipal, e elegeu-se deputado federal em 2018, sendo reeleito em 2022. Em 2023, assumiu a liderança da oposição na Câmara dos Deputados, posição a partir da qual coordenou a atuação de parlamentares contrários à agenda do governo Lula. Nesta semana, conseguiu as assinaturas necessárias para uma CPMI do Banco Master. Carlos Jordy recebeu o Prêmio Excelência Parlamentar em 2023 com uma nota de 7,58 pontos, sendo o 2º melhor parlamentar do Rio de Janeiro e o 32º na colocação geral.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

 Juan Carlos

 Luan Sperandio

 Daniel Galvêas

 Danylo Shimano

 Gabriel Jubran

 Victor Ribeiro

Projeto Gráfico:

 Tamyres Meyer

Diagramação:

 Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0001 c/c 00489493-6
apoia.se/rankingdospoliticos

www.politicos.org.br



contato@politicos.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
6º andar, Sala 18, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

DMOC



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

values
NEWS INTELLIGENCE

PRIVATE
LOG

HSi
INVESTIMENTOS

JUDIT